



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Fundamentos.

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA O SERVIÇO SOCIAL: ALGUMAS REFLEXÕES

Natália Reis de Oliveira¹

Resumo: A proposta desta investigação evidencia um debate crítico acerca dos desafios contemporâneos postos à profissão. Partimos da premissa que a profissão está inserida num espaço contraditório, existindo interesses antagônicos, mas tanto as entidades representantes da categoria quanto a intervenção profissional devem ser pautadas em defesa da classe trabalhadora e seus interesses, numa postura anticapitalista por meio da qual temos a consolidação do Projeto Ético-Político.

Palavras-chave: Serviço Social; Projeto Ético-Político; Desafios Contemporâneos.

Abstrac: The proposal of this research reveals a critical debate about the contemporary challenges facing the profession. We start from the premise that the profession is inserted in a contradictory space, existing antagonistic interests, but both the entities representing the category and the professional intervention must be based on the defense of the working class and its interests, in an anticapitalist position in which we have the consolidation of the Ethical Project Political.

1 Introdução

Durante considerável parte da história desta profissão, ela foi caracterizada pelo não-questionamento das bases conservadoras. Todavia, a profissão ganha novos contornos a partir do Movimento de Reconceituação iniciado nos anos 1960, com avanços significativos nas décadas de 1980 e 1990.

A partir dos anos 1980, a profissão assumiu uma nova direção, fundamentada na teoria social crítica, promovendo expressivos avanços teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos. Tais avanços expressos nos códigos de ética de 1986 e 1993 têm como premissa que a profissão está inserida num espaço contraditório, existindo interesses antagônicos, mas as organizações da categoria (ABEPSS, CFESS, CRESS e ENESSO) e a intervenção profissional devem ser pautadas nos direitos da classe trabalhadora

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Fluminense. E-mail:<nataliareisoliveira@bol.com.br>.

e seus interesses, numa perspectiva anticapitalista, pela qual temos consolidado o projeto ético-político do Serviço Social.

Nesta linha de análise, postos os compromissos firmados pela categoria profissional ao consolidar o projeto hegemônico, faz-se importante explicitar as argumentações de Iamamoto (2015), em que a pesquisadora reafirma que o cenário atual é da vigência neoliberal, com forte entrada no Brasil a partir da década 1990, havendo um retorno na forma como a ideologia burguesa trata a questão social como pertencente a um problema individual, o Estado intervindo via coerção e as políticas sociais restritas à população extremamente empobrecida.

Em âmbito global, a mundialização do capital desde o aprofundamento da crise dos anos 1970, com a crise do fordismo e a reestruturação produtiva marcada pela acumulação flexível, marcam a passagem para outro estágio capitalista. Segundo Iamamoto (2015), este cenário é assinalado pela financeirização do capital, pelo aprofundamento das desigualdades sociais e do desemprego, premissa que corrobora a proposta vitoriosa das políticas de ajustes neoliberais ao apostar no mercado como grande regulador das relações econômicas, alterando profundamente as relações do Estado e da sociedade, assumindo “novas roupagens à questão social”.

Destarte, o quadro de radicalização da questão social atravessa o cotidiano dos assistentes sociais que se defrontam com segmentos duplamente penalizados, processando ainda a intensificação da precarização do trabalho e da formação profissional; os espaços institucionais recrudescem as contradições geradas pela lógica do capital. Essas tendências tanto podem capturar os profissionais no fortalecimento do projeto do capital, quanto ser capazes de redimensioná-los ao desvelar a realidade de forma crítica em função da democratização, reafirmando os compromissos com a classe trabalhadora, fortalecendo as lutas articuladas aos movimentos sociais tanto no âmbito da categoria profissional quanto aos demais segmentos da classe trabalhadora.

2 A construção do Projeto Ético-Político

O Serviço Social brasileiro se gestou no interior da sociedade capitalista, em pleno desenvolvimento do caráter expansivo do capital monopolista, e surgiu para atender às necessidades das classes dominantes e da Igreja, com cunho extremamente conservador de ajustamento das classes trabalhadoras à ordem vigente. Suas ações profissionais se ampliaram com a intervenção Estatal para garantir a expansão urbana e industrialização do Brasil, momento também que demandou o aperfeiçoamento profissional e aproximação com outras profissões, ganhando mais solidez nos anos 1970, com a legitimação no âmbito acadêmico. De tal modo, esse período representa os desdobramentos do movimento de reconceituação, e tais desdobramentos foram marcantes para construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro. A partir de então, são observados avanços intelectuais e organizativos no meio profissional.

Cabe ainda salientar que a primeira aproximação do Serviço Social Latino-Americano com a tradição marxista, segundo Netto (1989), dá-se de maneira enviesada, uma aproximação ao marxismo sem Marx. “Um viés derivado dos constrangimentos políticos, do ecletismo teórico e do desconhecimento das fontes clássicas”. (ibid.,p.98).

Entretanto, esse enviesamento ganhou novos contornos com o processo de ruptura com o conservadorismo da profissão, onde essa nova aproximação ao marxismo se dá no âmbito acadêmico, ganhado rigor intelectual. Essa nova interlocução configura aportes histórico-sociais essenciais para a interlocução com a profissão, destacando as análises referentes às condições de trabalho do assistente social, a dinâmica cultural da sociedade burguesa e a atualidade do processo macroscópico da revolução.

Com base na obra marxiana, Netto (2011) realiza um minucioso estudo acerca da introdução ao método de Marx, e chama a atenção para a finalidade dos estudos de Marx, que desvelou a constituição da sociabilidade burguesa, sua gênese e suas contradições. Elencando como ponto crucial a identificação das relações entre os processos ocorrentes nas totalidades e a totalidade inclusiva que é a sociedade burguesa e explicitando a importância dos sistemas de mediações que articulam tais totalidades.

A tradição marxista, segundo Netto (1989), propicia ao Serviço Social, condições de compreender o significado social da profissão, fornece parâmetros que iluminam as modalidades da intervenção profissional e dinamiza a elaboração teórica dos assistentes sociais, possibilitando à categoria profissional, a partir da crítica de suas práticas, apreender o conhecimento de processos sociais.

O movimento de renovação das bases conservadoras do Serviço Social configurou-se pelo amadurecimento da crítica no interior da profissão, acompanhada pelo enfrentamento do Estado em plena ditadura militar. A efervescência e protagonismo dos movimentos sociais e a luta pela ampliação da democracia no país, frente à condição de miséria e desigualdades sociais, contribuíram para o avanço da legislação brasileira no que se refere aos direitos sociais. A Constituição Federal de 1988 fundamenta-se no paradigma da equidade e direitos sociais universais. Consolidou conquistas e ampliou os direitos nos campos da educação, saúde, assistência, previdência social, etc. Pela primeira vez na história brasileira, a política social teve grande amparo em uma Constituição.

Nesta conjuntura, podemos inferir que o processo da Constituinte evidenciou o tensionamento de projetos claramente opostos, em especial, no que diz respeito às políticas de seguridade social, em que se confrontaram os projetos universalista e privatista.

Frente a esse cenário é que se desenvolveram, no interior da profissão, aportes éticos legais alinhados a esse processo de ruptura ao conservadorismo. Os Códigos de Ética de 1986 e 1993 expressam esse alinhamento, em que o primeiro expressou o rompimento ao conservadorismo e o segundo afirma-se como “um momento basilar do processo de construção do projeto ético-político do Serviço Social no Brasil” (NETTO, 2008, p. 154).

Para Netto (1999), o debate para a renovação do Serviço Social ganha solidez nos anos 1980, articulado ao debate da formação profissional, de reforma curricular, capaz de responder com eficácia e competência às demandas tradicionais e às emergentes na sociedade brasileira, com destaque para a

grandiosa documentação elaborada pela ABESS². Ou seja, “trata-se de um projeto que também é processo em contínuo desdobramento, seus eixos fundamentais, pode-se ser encontrado nas discussões sobre a formação profissional, produzidas com modificações das diretrizes e bases da educação” (ibid.,p.15).

Seguindo essa linha de argumentação, Netto (1999, p.15) enfatiza elementos decisivos na afirmação desse projeto: onde a liberdade se configura como valor central, vincula-se um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem societária, sem exploração e dominação da classe trabalhadora, etnia e gênero, afirma-se a defesa intransigente dos direitos humanos e repúdio ao preconceito, luta pela ampliação e consolidação da cidadania, compromissos com a formação e aperfeiçoamento profissionais, novas bases nas relações com a população usuária, mediante compromisso com a essa população e com a qualidade dos serviços ofertados e articulação com outras categorias profissionais que se alinham na defesa dos compromissos do projeto do Serviço Social.

Dialogando na mesma linha de argumentação, Braz & Teixeira (2009, p. 190), acentuam os elementos constitutivos do projeto ético-político da profissão:

- a) o primeiro se relaciona com a explicitação de princípios e valores ético-políticos;
- b) o segundo se refere à matriz teórico-metodológica em que se ancora;
- c) o terceiro emana da crítica radical à ordem vigente – a da sociedade capitalista do capital – que produz e reproduz a miséria, ao mesmo tempo em que exhibe uma produção monumental de riquezas;
- d) o quarto se manifesta nas lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria através de suas formas coletivas de organização política, em aliança com os setores mais progressistas da sociedade brasileira.

A partir desses elementos constitutivos, é possível afirmar componentes que dão materialidade, objetivando-os e dando visibilidade aos mesmos: a produção de conhecimentos no interior do Serviço Social, mediante postura

² Segundo Netto (1999) a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), e seu organismo acadêmico, o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social/CEDEPSS, criado em 1987, tiveram seu formato institucional redimensionado em 1998, surgindo então a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

investigativa e articulada ao método histórico-dialético; as instâncias político-organizativas da profissão, o conjunto CFESS/CRESS, a ABEPSS, a ENESSO, os Centros e Diretórios Acadêmicos e demais associações profissionais e sindicais, entre outros; e há, por fim, a dimensão jurídico-política da profissão, através do arcabouço jurídico-legal, seja o específico da profissão (Código de Ética Profissional, Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS), assim como a legislação social, Constituição Federal e as leis dela decorrentes (BRAZ; TEIXEIRA, 2009, p.192).

A consolidação do Projeto Ético-Político e a constituição do aporte teórico-metodológico e ético-político configuram as bases para o exercício profissional crítico e questionador, na compreensão da realidade social, da sociabilidade erguida pelo comando do capital e das relações mercantis, na reprodução permanente das desigualdades sociais e exploração humana da força de trabalho, articulado ao campo de lutas e de construção de alternativas coletivas.

Nessa perspectiva, o processo pela conquista hegemônica do Projeto Ético-Político do Serviço Social dá-se na década de 1990, marcado pela referência à tradição marxista por meio da teoria social crítico-dialética. Esse processo, todavia, ainda está em disputa, tendo em vista o caráter de classes da sociedade capitalista. A hegemonia refere-se à predominância desse projeto no interior da categoria profissional, frente a outros projetos em disputa, seja com caráter mais conservador ou progressista. Essa disputa se manifesta de maneira explícita ou não.

3 Desafios Contemporâneos à Profissão

Nesta dimensão de análise, localizamos o entendimento que a construção do Projeto Ético-Político acompanhou os processos de democratização e a luta popular diante do Estado ditatorial, firmando-se entre a crise da ditadura e promulgação da Constituição Federal de 1988. Todavia, no curso da história de caráter expansivo do capital, transformações substanciais ocorreram a partir dos anos 1970 no capitalismo central, marcando a passagem para um novo estágio, “capitalismo financeiro”. Assim, centraram-se novos desafios para a profissão.

Iamamoto (2009) nos traz a seguinte reflexão diante desta conjuntura:

Essa primeira proposta político-institucional de resposta à questão social é tensionada por outra proposta de inspiração neoliberal, parte das políticas de ajuste recomendadas pelos organismos internacionais, comprometidas com a lógica financeira do grande capital internacional, que capturam o Estado nacional num contexto de crise e de fragilização do processo de organização dos trabalhadores. Ela se materializa, a partir de meados dos anos noventa, na profunda reestruturação do aparelho de Estado, conforme diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor do Estado, do Ministério da Administração e da Reforma do Estado, atropelando, no processo de sua regulamentação legal, as normas constitucionais relativas aos direitos sociais, o que atinge profundamente a seguridade social. Essa regulamentação ratifica a subordinação dos direitos sociais à lógica orçamentária, a política social à política econômica e subverte o preceito constitucional (p.21).

De um modo geral, a crise do padrão de acumulação taylorista/fordista e da regulação Keynesiana da economia, inerente à dinâmica da produção capitalista, tornou-se mais evidente, a partir da década de 1970, no momento em que a economia global apresentou sinais de estagnação, acompanhada de uma forte onda inflacionária e da intensificação da competição internacional, visto que a Europa Ocidental e o Japão, seguidos pelos países recém-industrializados, colocaram em xeque a hegemonia estadunidense no contexto do fordismo, chegando a “desmantelar” o acordo de *Bretton Woods* e de produzir a desvalorização do dólar. (HARVEY, 2007, p. 135).

Na busca desenfreada para recuperar os lucros, notou-se uma acentuada corrida por novos mercados, estimulando a competitividade intercapitalista, que requer uma reestruturação no padrão de produção. A *acumulação flexível*, como vem sendo tratada por Harvey, confronta-se com a rigidez do fordismo ao se apoiar “na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo” (2007, p. 140).

As (in)consequências dessas alterações têm sido evidenciadas sobretudo pelo aumento do desemprego, do subemprego, da terceirização de serviços e, principalmente, a intensificação das profundas desigualdades sociais. Amparada às políticas de ajustes neoliberais, a expansão do capitalismo globalizado, mundialmente articulado com as práticas da “contrarreforma do Estado” (BEHRING, 2008), impõe, entre outros aspectos, o desmonte dos direitos sociais

ao desestruturar o sistema de seguridade social, o processo de privatização das estatais e promover a precarização dos serviços públicos. O Estado se ausenta cada vez mais de suas obrigações nas áreas de políticas de proteção social, cujas responsabilidades são transferidas para a sociedade civil, pelo princípio da “solidariedade”, tornando as políticas sociais cada vez mais aviltadas.

As políticas de ajustes neoliberais, tais como indicadas pelo *Consenso de Washington* são justificadas pela crise fiscal frente à incapacidade do Estado de efetivar suas ações no momento de intensificação das demandas por programas sociais, reduzindo os gastos na área social. O encolhimento do papel do Estado e a modificação da sua relação com a sociedade, aliada à redução dos gastos na área social, contribuem diretamente para a precarização das políticas sociais. Se considerarmos a fragilidade dessas políticas desde a sua gênese, certamente isso irá refletir sobre a profissão.

Especificamente no Brasil, os rebatimentos da proposta neoliberal no âmbito do Estado são nefastos e incidem diretamente nas políticas sociais. Basta recorrer à nossa história para pensar que as particularidades da sociedade brasileira produziram uma forma truncada de reconhecimento dos direitos sociais, no qual a “cultura política da dádiva” (SALES, 1994)³, do favor, sobreviveu durante séculos e permanece, em grande medida, ainda hoje nas relações sociais. Resultado disso é uma extrema redução dos espaços públicos, o que coloca sérios obstáculos à universalização dos direitos sociais preconizados na Constituição Federal de 1988.

No quadro dessas exigências postas pelas políticas de ajustes neoliberais em âmbito global, impulsionadas pela expansão do capital financeiro, as análises de Behring e Boschetti (2006) se colocam de forma expressiva nas críticas frente ao cenário de contrarreforma do Estado, com duros impactos aos segmentos sociais. As autoras assinalam que, apesar das importantes conquistas da Constituição Federal de 1988, o período dos anos 1990 até os dias de hoje tem

³Segundo Sales (1994), a “cultura da dádiva é a expressão política de nossa desigualdade social, mediante a relação de mando/subserviência cuja manifestação primeira se deu no âmbito do grande domínio territorial que configurou a sociedade brasileira nos primeiros séculos de sua formação, [...] substituindo os direitos básicos de cidadania, que não nos foram outorgados pelo liberalismo caboclo que aqui aportou na passagem do século”.

sido de contrarreforma do Estado, de obstaculização e redirecionamento das conquistas de 1988. Ao analisar o Estado brasileiro, as autoras assinalam que a trajetória das políticas sociais brasileiras está profundamente conectada com a política econômica monetarista e de duro ajuste fiscal, seguindo os caminhos das privatizações, da focalização, seletividade, vistas como desconcentração e desresponsabilização do Estado.

Próximo a completar quarenta anos do Congresso da Virada, é preciso reforçar a atualidade de reflexões acerca dos desafios contemporâneos. Conforme exposto anteriormente, com as transformações operadas no sistema capitalista a partir da década de 1970, há o agravamento da desigualdade estrutural no cenário brasileiro, intensificada pela entrada do ideário neoliberal a partir de 1990. O quadro de radicalização da questão social atravessa o cotidiano dos assistentes sociais, que se defrontam com segmentos duplamente penalizados, processando ainda a intensificação da precarização do trabalho e da formação profissional; os espaços institucionais recrudescem as contradições geradas pela lógica do capital.

Nesse rumo aludido, partimos do entendimento que os projetos profissionais se articulam com os projetos sociais, porém as condições de sua realização dependem das mais diversas estratégias, que vão desde a construção de princípios e diretrizes orientadoras da prática profissional até as estratégias coletivas de luta e resistência.

Têm-se aí alguns questionamentos frente aos desafios contemporâneos postos ao exercício profissional: de que maneira esse cenário tem colocado obstáculos no cotidiano do exercício profissional em prol da democratização dos serviços prestados aos segmentos da classe trabalhadora? De que maneira esse cenário pode contribuir para reforçar as práticas conservadoras que historicamente estiveram presentes na profissão?

Os assistentes sociais atuam essencialmente nas políticas sociais, em uma dimensão que pretende, de alguma forma, atender às necessidades dos trabalhadores. Todavia, essa efetivação pode ocorrer de diferentes formas, ou seja, a “dependência do encaminhamento dado podem ocorrer tensões e desafios à direção assumida pelo Projeto” (COELHO; FORTI, 2015, p.24).

Nessa direção, podemos considerar que o aprofundamento da crise pós anos 1990, além de repercutir nos espaços sócio-ocupacionais das instituições empregadoras dos assistentes sociais, traz implicações para a formação profissional, ou seja, para as condições de trabalho de assistentes sociais que atuam no interior das instituições e aqueles participam diretamente da formação (discentes).

Este cenário de avanços neoliberais a serviço do caráter expansivo do capital financeiro promove duros ataques ao mundo do trabalho, colocando novas configurações tanto ao exercício profissional quanto à formação. Segundo Braz & Rodrigues (2013), esses avanços repercutem profundas alterações das bases objetivas da profissão, que envolvem três pontos cruciais: “precarização da formação profissional, avanço do processo de desregulamentação das profissões, redirecionamento dos padrões de intervenção na 'questão social' com padrão reduzido de proteção social” (ibid., p. 259).

A conjuntura de reestruturação produtiva, precarização, flexibilização e fragmentação das relações de trabalho, como produto da acumulação capitalista que avança no país com total intensidade desde os anos 1990, aponta para a desregulamentação e profissionalização das profissões, exigindo cada vez mais perfil profissional que responda às exigências do capital. Harvey (2007) nos revela ser isso uma exigência da acumulação capitalista para aumentar a produtividade.

As reformas de avanços neoliberais têm redimensionado a qualidade do ensino público e intensificado a privatização e mercantilização do ensino, a serviço do grande empresariado, como também a ampliação dos cursos de ensino a distância, com graves rebatimentos para os cursos de Serviço Social. Conforme analisado por Braz & Rodrigues (2013), a partir de 2006 assistimos ao *boom* do Ensino a Distância (EaD), ao incluir o Serviço Social, dentre outras áreas.

Contudo, é evidente e contemporâneo que as reformas de ajustes neoliberais a partir dos anos 1990, atingindo vários setores, não estão restritas apenas à esfera da produção, pois a nova ordem envolve novas sociabilidades, favoráveis ao quadro econômico, político e cultural.

Desse modo, avaliamos, a partir das observações dos autores, que as reformas, no âmbito da formação profissional, especificamente na área do Serviço Social, processam-se de forma substancial para a formação de um perfil profissional pragmático, tecnicista e burocrático que atenda estritamente às necessidades da ordem dominante, elementos que nos conduzem à gênese da profissão (um profissional que por décadas exerceu práticas de ajustamento e enquadramento da classe da trabalhadora e reprodução da lógica institucional).

De outro lado, essa conjuntura também processa, como sugere Santos (2010), expressões como o desemprego, a inserção precária na esfera do trabalho, as várias formas de violência na vida cotidiana, a criminalização da pobreza, dos movimentos sociais e de suas lideranças, a judicialização da questão social, entre outros, e compõem o cenário contemporâneo por onde os profissionais se movimentam nos mais distintos espaços sócio-ocupacionais.

Diante dessa realidade, entre outros desafios e limites postos no âmbito da atuação profissional, chamamos atenção para tensões vivenciadas pelos profissionais dentro da burocratização e produtividade das ações profissionais nos espaços institucionais, com a crescente segmentação da intervenção profissional a serviço da reprodução instrucional.

As políticas sociais, por sua vez, fragmentem-se segundo o nível de proteção, o segmento da classe trabalhadora a ser atendido, o tipo de serviço a ser prestado etc. Para cada uma das políticas e serviços sociais, existem os espaços institucionais específicos que concebem, planejam e financiam, imprimindo a direção social a cada política e serviço; os espaços que os avaliam e monitoram; os espaços executam. Os espaços sócio ocupacionais são fragmentados e pulverizados, distinguindo-se segundo a sua natureza pública ou privada. Nesse mosaico, colocam-se as fronteiras que delimitam e limitam as competências e habilidades requeridas pelos diferentes espaços sócio ocupacionais que constituem o mercado de trabalho do assistente social (COELHO; FORTI,2015,p.30).

Com base nas argumentações das autoras, fica evidente que as políticas de reajustes neoliberais atendem a parte dos segmentos mais pauperizados, em que o Estado, como interventor das políticas sociais, diminui seus investimentos na área de atendimento social e os assistentes sociais são chamados para avaliar, monitorar, executar e selecionar políticas e programas sociais, correndo

o risco de se tornarem meros “executores terminais de políticas sociais”. Outra questão elementar, ainda considerando esse cenário, refere-se à não-exigência de um profissional com capacidade crítica e domínio teórico-metodológico e técnico-operativo consolidado pelo Projeto Ético-Político.

Esse quadro, conforme sustentam Coelho & Forti (2015), é constitutivo do processo de intensificação da exploração da força de trabalho e reforça a lógica produtivista que permeia a sociabilidade mercantil, entre todas as esferas da vida social. De outro lado, a tecnologização permite mistificar os processos cada vez mais complexos dos pontos de vista ideológicos e políticos.

As instituições demandam profissionais com capacidade para manusear a tecnologia, fichas e cadastros, que assimilem as demandas dos segmentos da classe trabalhadora. “Essa aparente simplificação dos procedimentos contribui para intensificar a exploração da força de trabalho. O ritmo de trabalho definido a partir de metas a serem alcançadas determinará a eficácia do desempenho profissional” (ibid., p. 32).

Assim, é possível observar que os assistentes sociais têm sido chamados para responder às demandas institucionais dentro de concepções que remetem ao passado da profissão, reforçando o caráter antagônico e os interesses distintos, situação em que, na relação com a população usuária, intermedeiam as demandas dos segmentos atendidos e do escopo institucional. Isso leva aos profissionais um cenário de desafios e tensões.

Nesta seara, de um lado, os assistentes sociais podem representar apenas os interesses institucionais e reproduzirem práticas autoritárias e burocráticas, gerenciando e monitorando a pobreza, com práticas imediatistas e filantrópicas, extremamente funcionais ao Estado assistencialista e penal. De outro, ao atuar de forma crítica, ao desvelar a realidade dos segmentos atendidos, esses profissionais podem redimensionar possibilidades de intervenção e democratização, “além de acumular um conjunto de informações sobre as expressões da questão social pela via do estudo social” (IAMAMOTO, 2015, p.428).

Coelho & Forti (2015, p. 34) reforçam a importância da teoria social crítica e seu método de conhecimento como instrumento necessário para a apreensão

do movimento real, incorporando a importância dos obstáculos e limites para serem enfrentados pela incorporação e aproximação entre o exercício investigativo contínuo do pesquisador e o profissional de Serviço Social em geral.

Dessa forma, ainda que o projeto profissional esteja em disputa, e permaneçam setores conservadores no interior da profissão, nos quais podem ser observadas correntes neoconservadoras ganhando espaço entre os profissionais, supõe-se que a categoria profissional se mantém hegemonicamente no campo do marxismo, sendo possível perceber, nos espaços dos cursos de Pós-Graduação, onde profissionais de outras áreas recorrem aos programas de Serviço Social a fim de realizar a interlocução com a teoria social crítica.

Assim, a dimensão ético-política se coloca de forma elementar, responsável por embutir sentido e direção à ação profissional, em que as entidades representantes da categoria profissional ocupam legitimidade essencial. O conjunto CFESS/CRESS vem avançando com a aprovação de novas resoluções que demonstram tanto o compromisso ético-político do Serviço Social com o Projeto Profissional, quanto o avanço e a capacidade de resistência da profissão frente às adversidades históricas.

No âmbito da dimensão político-organizativa, esta também se configura substancial nesse quadro, pois a capacidade de organização, resistência e enfrentamento se colocam na ordem do dia. Contudo, reafirma-se a importância da articulação das três dimensões construídas pelo projeto profissional, ou seja, a interlocução entre a dimensão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

5 Considerações Finais

Diante das considerações analisadas, por décadas a profissão esteve atrelada às práticas de ajustamentos dos segmentos da classe trabalhadora sob o comando da classe dominante, sobretudo marcada por um conjunto de ações não fundadas na crítica às contradições inerentes à dinâmica própria da ordem

capitalista, na reprodução permanente das desigualdades e exploração da força humana de trabalho.

Todavia, a partir da década de 1980, o Serviço Social brasileiro ganhou novos contornos, redimensiona-se e conquista hegemonia ao se firmar no questionamento da ordem vigente e na defesa e interesses da classe trabalhadora, ao consolidar o Projeto Ético-Político nos anos 1990. Porém, o cenário societário de avanço das políticas neoliberais e financeirização do capital expressa grandes tensões à profissão, pois intensifica a polarização dos interesses da classe dominante e dos segmentos da classe trabalhadora que demandam os atendimentos.

Como foi possível notar, com base no referencial bibliográfico trabalhado neste artigo, a grande burguesia nacional, dando continuidade ao processo de expansão do capital por meio de uma modernização conservadora, vem, através das reformas neoliberais, redimensionando o trato à questão social, preconizando as relações de trabalho e a formação profissional a serviço da acumulação capitalista e manutenção da ordem social vigente, na contemporaneidade gestada pelo imperialismo do capital financeiro.

O Serviço Social, profissão que se gesta dentro dessas contradições tem sido duramente afetada, tanto no âmbito da formação quanto no âmbito do exercício profissional. Entretanto, é evidente que esses dilemas polarizados no interior da profissão, também atingem outros segmentos da classe trabalhadora e segmentos sociais subalternizados.

Para concluir, complementamos com as considerações de Iamamoto (2015) em que a autora destaca a necessidade de estimular formas democráticas de gerenciar as políticas sociais e programas, pois os assistentes sociais ocupam espaços privilegiados na elaboração e execução das políticas sociais, tornando coletivo o acesso às informações, os canais de participação popular, possibilitando que a população gerencie e tome consciência da realidade social.

Por fim, registramos a importância de debates, estudos, pesquisas, fóruns, seminários e outros mecanismos de articulações coletivas que aprofundem este emblemático cenário, fomentando estratégias coletivas de

enfretamento. Haja vista a necessidade de a categoria profissional se fortalecer, tanto no corpo da categoria quanto articulada com outros segmentos da classe trabalhadora, sendo imprescindível a via da resistência, da revitalização dos movimentos e lutas sociais, os quais são colocados no cotidiano como lugar de contradições e resistência.

REFERÊNCIAS

BRAZ, M; TEIXEIRA, J. O Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: CFESS/ ABEPSS. (Org.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, p. 342-375, 2009.

BRAZ, M; RODRIGUES, M. O Ensino em Serviço Social da Era Neoliberal (1990-2010): Avanços, Retrocessos e Enormes Desafios. In: LOURENÇO, E; SANTANA, R; SILVA, J (Orgs.). *Sociabilidade Burguesa e Serviço Social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

BEHRING, E. *Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, E. BOSCHETTI, I. *Política Social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2006.

COELHO, M; FORTI, V. Contribuição à crítica do projeto ético-político do Serviço Social: considerações sobre fundamentos e cotidiano profissional. In:

FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (Orgs.). *Projeto Ético-Político do Serviço Social: contribuições à sua crítica*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 16ª ed., São Paulo: Loyola, 2007.

IAMAMOTO, M. V. Os espaços sócio ocupacionais do assistente social. In: CFESS/ ABEPSS. (Org.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, p. 342-375, 2009.

_____. *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social*. 9ª ed.; São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, J. P. O Serviço Social e a tradição marxista. In: *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, nº 30, p.89-102, 1989.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social/Módulo I*. Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999. Disponível em: http://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_.pdf. Acesso em 27 de junho 2018.

_____. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social brasileiro no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Introdução ao Estudo do Método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SALES, T. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V.9, n.25, São Paulo, Jun. 1994.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. O CFESS na defesa das condições de trabalho e do projeto ético-político profissional In: *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 104, p. 695-714, out./dez. 2010.